



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO DE REFERÊNCIA

CAPÍTULO I
DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1. OBJETO

Aquisição de fórmulas infantis, dietas enterais e suplementos alimentares destinados a atender necessidades nutricionais específicas de crianças, adultos e idosos que estão vinculados a Secretaria Municipal de Saúde, para serem dispensados aos pacientes usuários do SUS através do e-Multi. Os objetos a serem adquiridos serão usados para atender os pacientes que possuem algum tipo de alergia ou intolerância, casos de desnutrição e estágio avançado de perda de peso e massa muscular, câncer, diabetes, sondagem (dieta enteral), lactentes de 0 a 6 meses de vida na impossibilidade da amamentação e crianças de 6 meses a 1 ano de idade. Os produtos a serem adquiridos visam garantir o acesso da população a fórmulas nutricionais especiais, no cumprimento das prescrições médicas e nutricionais. Considerando que a maioria das intervenções em saúde está diretamente relacionada ao estado nutricional dos pacientes, que contribui para uma melhor recuperação da saúde dos mesmos, e que alguns pacientes acamados dependem **exclusivamente** da dieta enteral/oral industrializada para se alimentarem, considerando também que muitos dos suplementos já se encontram em falta, é necessário a nova licitação na modalidade pregão, bem como, viabilizar o registro de preços como forma de garantir o fornecimento das referidas, dietas, fórmulas e suplementos.

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo determinar as condições que disciplinarão de acordo com o Estudo Técnico Preliminar e conforme condições, quantidades, exigências e estimativas contidas neste Termo de Referência.

Item	Quantidade	Unidade de Medida	Descrição / Especificação	Quantidade Mínima
1	160	Lata	MÓDULO DE FIBRAS ALIMENTARES PARA NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL, EM PÓ IGUAL OU SUPERIOR A 260G	40
2	100	Lata	SUPLEMENTO ALIMENTAR EM PÓ, DE SABOR NEUTRO, ISENTO DE SACAROSE E GLUTEN, HIPERPROTEICO EM LATA IGUAL OU SUPERIOR A 270G	25
3	132	Embalagem	FÓRMULA INFANTIL COMPLETA PARA USO ORAL OU ENTERAL EM PÓ PARA CRIANÇAS DE 1 A 10 ANOS, SEM LACTOSE E SEM GLÚTEN, COMPLETA E BALANCEADA, NORMOCALÓRICA E NORMOPROTÉICA, CONTRIBUINDO COM A RECUPERAÇÃO NUTRICIONAL DE CRIANÇAS DEBILITADAS	33
4	276	Lata	FÓRMULA INFANTIL DE PARTIDA, EM PÓ PARA LACTENTES DE 0 A 6 MESES COM PROBIÓTICOS, EM LATA DE 800G	69
5	80	Lata	FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO, EM PÓ PARA LACTENTES DE 6 A 12 MESES, COM PROBIÓTICOS, EM LATA DE 800G	20
6	300	Embalagem	FÓRMULA LÍQUIDA ENTERAL/ ORAL, EM EMBALAGEM DE 1000ML, SEM SACAROSE, LACTOSE E GLÚTEN, HIPERCALÓRICA COM DENSIDADE DE 1,5 CAL/ML	75
7	425	Embalagem	FÓRMULA LÍQUIDA ENTERAL/ ORAL, EM EMBALAGEM DE 1000ML, SEM SACAROSE, LACTOSE E GLÚTEN, NORMOCALÓRICA, COM DENSIDADE CALÓRICA 1,0 A 1,2CAL/ML, COM FIBRAS	106
8	200	Embalagem	TERAPIA NUTRICIONAL ORAL DESENHADA ESPECIFICAMENTE PARA CICATRIZAÇÃO DE ÚLCERAS POR PRESSÃO E OUTRAS SITUAÇÕES QUE EXIJAM ESTÍMULO DA CICATRIZAÇÃO, HIPERPROTEICO, ACRESCIDO DE ARGININA E COM ALTO TEOR DE MICRONUTRIENTES RELACIONADOS A CICATRIZAÇÃO (ZINCO, SELÊNIO, VITAMINAS A, C, E) ALÉM DA PRESENÇA DO MIX EXCLUSIVO DE CAROTENÓIDES	50
9	60	Lata	FÓRMULA INFANTIL EM PÓ HIPOALERGÊNICA CONSTITUÍDA DE 100% DE AMINOÁCIDOS LIVRES, SEM LACTOSE, SEM SACAROSE, GALACTOSE, FRUTOSE E GLÚTEN, INDICADO PARA LACTENTES E CRIANÇAS DA PRIMEIRA INFÂNCIA, EM LATA DE 400 G	15
10	60	Lata	FÓRMULA INFANTIL EM PÓ HIPOALERGÊNICA CONSTITUÍDA DE 100% DE AMINOÁCIDOS LIVRES, SEM LACTOSE, SEM	15



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

			SACAROSE, GALACTOSE, FRUTOSE E GLÚTEN, INDICADO PARA LACTENTES E CRIANÇAS DA PRIMEIRA INFÂNCIA, EM LATA DE 400 G	
--	--	--	--	--

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de até 12 (doze) meses, prorrogável na forma do art. 84, da Lei nº 14.133/202.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/ SERVIÇOS

3.1. Os bens a serem adquiridos ou serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de:

- (X) bens comuns (art. 6º, inciso XIII Lei n.º 14.133/2021)
- () bens especiais (art. 6º, inciso XIV Lei n.º 14.133/2021)
- () serviços comum (art. 6º, inciso XIII Lei n.º 14.133/2021)
- () serviços especiais (art. 6º, inciso XIV Lei n.º 14.133/2021)

CAPÍTULO II DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A Secretaria Municipal de Saúde necessita da aquisição das fórmulas infantis, dietas enterais e suplementos alimentares com o objetivo de atender as necessidades nutricionais específicas de crianças, adultos e idosos que estão vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS). Os objetos a serem adquiridos serão usados para atender os pacientes que possuem algum tipo de alergia ou intolerância, casos de desnutrição e estágio avançado de perda de peso e massa muscular, câncer, diabetes, sondagem (dieta enteral), lactentes de 0 a 6 meses de vida na impossibilidade da amamentação e crianças de 6 meses a 1 ano de idade. Os produtos a serem adquiridos visam garantir o acesso da população a fórmulas nutricionais especiais, no cumprimento das prescrições médicas e nutricionais, para recuperação e manutenção da saúde de pacientes atendidos pelos serviços de saúde prestados pelo município, sendo dispensados através da equipe nutricional e-Multi.

A dieta industrializada é indicada para melhor aproveitamento dos nutrientes e risco mínimo de contaminação no preparo e reduzir risco de obstruções na sonda com alimentos preparados por dietas caseiras.

Considerando o que dispõe a Constituição Federal de 1988, em especial o seu artigo 196, que diz que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

Considerando a lei 8.080, de Setembro de 1990 que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes; Considerando os termos do art. 28 do Decreto nº 7.508, de 2011, que garante ao usuário do SUS, o acesso universal e igualitário à assistência terapêutica integral;

Considerando que a maioria das intervenções em saúde está diretamente relacionada ao estado nutricional dos pacientes, onde um aporte adequado de nutrientes, na quantidade certa, contribui para uma melhor recuperação da saúde dos pacientes, e que alguns pacientes acamados dependem exclusivamente da dieta enteral/oral industrializada para se alimentarem. Portanto, é necessário a formação de estoques de segurança, bem como, viabilizar o registro de preços como forma de garantir o fornecimento das referidas, dietas, fórmulas e suplementos;

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

5.1. A solução proposta é compra e utilização das fórmulas, dietas enterais e suplementos alimentares, que é primordial para recuperação do estado clínico-nutricional dos pacientes. Sendo um método simples e não invasivo de adequar a ingestão de nutrientes em pacientes incapazes de atingir as necessidades nutricionais, seja causado por uma patologia ou intercorrências advindas de tratamentos



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

que possam interferir no estado nutricional, garantindo assim maior eficácia no serviço de saúde do município.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Os bens têm natureza de bens comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Para efetivação da compra os produtos devem atender as seguintes especificações/condições:

Os produtos deverão estar acondicionados em embalagens contendo o nome do fabricante, trazendo impressa a composição quantitativa e qualitativa dos ingredientes, número do lote, data de fabricação, data de validade e lacre de segurança íntegro;

Os itens deverão estar no mínimo 12 meses antes do prazo de validade total. Na hipótese de absoluta impossibilidade de cumprimento desta condição, devidamente justificada e previamente avaliada pela instância gestora, a Secretaria poderá, excepcionalmente, admitir a entrega, obrigando-se o fornecedor, quando acionado, a proceder a imediata substituição, à vista da inviabilidade de utilização dos suplementos no período de validade;

As embalagens não poderão ter rasuras nos números de lotes e datas de validade;

Quando os produtos forem fracionados, ou seja, não estiverem em sua embalagem secundária original, os mesmos devem ser acondicionados de forma a evitar quebras, vazamentos e desvios de qualidade;

A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Para fornecimento/prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os seguintes documentos a título habilitação, nos termos do art. 62 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CAPÍTULO III DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. Os objetos a serem adquiridos serão usados para atender os pacientes que possuem algum tipo de alergia ou intolerância, casos de desnutrição e estágio avançado de perda de peso e massa muscular, câncer, diabetes, sondagem (dieta enteral), lactentes de 0 a 6 meses de vida na impossibilidade da amamentação e crianças de 6 meses a 1 ano de idade. Os produtos a serem adquiridos visam garantir o acesso da população a fórmulas nutricionais especiais, no cumprimento das prescrições médicas e nutricionais. A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto na Legislação Municipal, que "Regulamenta as funções do agente de contratação, da equipe de apoio e da comissão de contratação, suas atribuições e funcionamento, a fiscalização e a gestão dos contratos, e a atuação da assessoria jurídica e do controle interno no âmbito do Município de São Borja, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, ART. 92, XVIII, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.

8. DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

8.1. PRAZO

(x) Prazo de entrega de até 15 dias, a contar do 1º dia útil posterior a data da confirmação do recebimento, pela ADJUDICATÁRIA, da nota de empenho ou ordem de compra que será enviada por e-mail ou outro meio de contato que tenha sido previamente disponibilizado pela ADJUDICATÁRIA.

(x) No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 12 (doze) meses do prazo total recomendado pelo fabricante.

8.2. LOCAL



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Os materiais deverão ser entregues no departamento de Material, Patrimônios e Documentos, sito na rua João José de Oliveira Freitas nº479, vila cabeleira, São Borja/RS, CEP: 97670-000. Telefone:(55) 3431-1105, Email: dmpd@saoborja.rs.gov.br

8.3. HORÁRIO

O objeto deste Termo de Referência deverá ser entregue, em dias úteis, das 7h às 13h.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da Contratante:

- a) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- b) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes na TR e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e) efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;
- f) a Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a) efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.
- b) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c) comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- d) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- e) indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

11. GARANTIA (E/OU VALIDADE)

(x) O prazo de garantia do objeto, contra defeitos de fabricação deverá ser de, no mínimo, 7 dias, a contar do recebimento definitivo.

CAPÍTULO IV DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

12. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. Nos termos do art. 117, da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto contratado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

12.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

12.4. O fiscal do contrato poderá ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

12.5. O responsável pela fiscalização do contrato será Vanessa Pinto Froner, Enfermeira, coordenadora e-Multi, COREN 538028, contato: (55) 99165-4903 e seu substituto será, Etyele Bastos Marques, Nutricionista, CRN 10578, contato: (55)984173332. Tendo como Gestor a Secretária de Saúde Sabrina Loureiro.

13. DOS PROCEDIMENTOS DE TESTES E INSPEÇÕES

13.1. Na chegada da compra é realizado pelo contratante a inspeção da qualidade do produto entregue, contagem dos mesmos e conferência da validade do produto.

CAPÍTULO V DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

14. DA APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

14.1. O objeto contratado será recebido provisoriamente pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

14.2. A entrega poderá ser rejeitada, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

14.3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pelo fornecimento do objeto licitado, nem a ético-profissional pela perfeita execução deste objeto.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I. dar causa à inexecução parcial do contrato;

II. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III. dar causa à inexecução total do contrato;

IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa;

III. impedimento de licitar e contratar;

IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.2.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

I a natureza e a gravidade da infração cometida;

II as peculiaridades do caso concreto;

III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

15.2.3. A sanção prevista no inciso I do item 16.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

15.2.4. A sanção prevista no inciso II do item 16.2, calculada na forma do contrato, será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato celebrado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021.

15.2.5. A sanção prevista no inciso III do item 16.2 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal de São Borja, pelo prazo de 3 (três) anos.

15.2.6. A sanção prevista no inciso IV do item 16.2. deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 16.2.6, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

15.2.7. A sanção estabelecida no inciso IV do item 16.2 deste termo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I. quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do prefeito municipal.

15.2.8. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 16.2. deste termo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.

15.2.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.2.10. A aplicação das sanções previstas no item 16.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.2.11. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 16.2. deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.2.12. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 16.2. requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16. DAS PENALIDADES

16.1. A sanção de suspensão de participar de licitação e contratar com o a Administração Pública poderá ser também, aplicada, sem prejuízo das sanções penais e civis, aqueles que:

16.1.1. Retardarem a execução do processo licitatório;

16.1.2. Demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração e;

16.1.3. Fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.

16.2. Quando da ação ou omissão decorrerem graves prejuízos ao MUNICÍPIO DE SÃO BORJA/RS, seja pela não assinatura do contrato/ata, pela inexecução do objeto, pela execução imperfeita, ou ainda, por outras situações concretas que ensejarem a sanção.

16.3. As penalidades acima relacionadas não são exaustivas, mas sim exemplificativas, podendo outras ocorrências ser analisadas e ter aplicação por analogia e de acordo com os termos da lei.

16.4. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

17. DO PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos após a apresentação da Nota Fiscal detalhando o objeto fornecido, com o devido recebimento e a aprovação do fiscal do contrato, de acordo com o empenho, por meio de depósito bancário.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CAPÍTULO VI
FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

18. MODALIDADE, TIPO DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

18.1. Será selecionado o fornecedor que atender a todos os critérios de aceitabilidade de preços e de habilitação exigidos neste Termo de Referência, com a indicação de critério de julgamento de menor preço por item.

19. CRITÉRIOS DE APRESENTAÇÃO E ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

19.1. A proposta de preço deverá conter as seguintes indicações:

- a)** identificação do proponente (Razão Social/Nome e CNPJ/CPF).
- b)** a proposta financeira deverá ser formulada, contendo preço unitário por item, total por item e total geral, onde deverão estar incluídos, contabilizados e previstos todos os custos inerentes a execução do objeto, indicando, no que for aplicável, a marca, o modelo, prazo de validade ou de garantia; número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- c)** prazo de validade da proposta que deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias.
- d)** apresentada a proposta, o proponente estará automaticamente aceitando e se sujeitando às cláusulas e condições do presente Termo de Referência.
- e)** assinatura do responsável legal da empresa.

20. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO - DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

20.a Autorização de Funcionamento de Empresa- AFE, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, da sede da empresa interessada, obtida mediante consulta ao Portal da Anvisa;

20.b Alvará Sanitário ou Licença de Funcionamento ou Licença Sanitária Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, dentro do prazo de validade, emitida pela Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, da sede da empresa interessada. Estando o alvará vencido, deverá ser comprovada a solicitação de renovação junto ao respectivo órgão de vigilância.

20.c Caso o alvará Sanitário esteja vencido ou no momento da análise documental dentro do mês de vencimento, será aceito protocolo de solicitação de renovação, desde que solicitado anteriormente à data de vencimento do referido documento.

20.d Caso a licitante seja dispensada do Alvará Sanitário, a mesma deverá apresentar documento que comprove a isenção.

20.e Certificado de Registro de Produtos emitido pela Secretaria de Vigilância Sanitária. (Alteração dada pela Portaria 3.765, de 25 de outubro de 1998) ou comprovação de sua revalidação ou declaração de isenção de registro dos materiais, no Ministério da Saúde/ANVISA, dentro do prazo de validade.

20.1 ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA

() Sim (x) Não

Justifique a necessidade ou não de apresentação de atestado (s) de capacidade técnica:

20.2 VISTORIA

(x) Não () Sim () Opcional () Obrigatória.

Justifique a necessidade de vistoria obrigatória:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

20.3 DOCUMENTO OFICIAL DO FABRICANTE

(x) Não () Sim

Em caso da resposta for SIM, descreva qual documento a ser solicitado:

20.4 LEGISLAÇÃO TÉCNICA APLICÁVEL

Lei 11.346/2006, (ANVISA) regulamentada pelo Decreto nº 7.272/2010.

20.5 AMOSTRA

(x) Não () Sim

Em caso da resposta for SIM, justifique a necessidade de apresentação de amostra e indique critérios técnicos para sua aprovação:

21. ESTIMATIVA DE PREÇOS

	Produto	Fabricante/ fornecedor	Quant	Quantidade Mínima	Valor unit.	Valor total
1	MÓDULO DE FIBRAS ALIMENTARES PARA NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL, EM PÓ IGUAL OU SUPERIOR A 260G		160	40	R\$ 46,83	R\$ 7.492,80
2	SUPLEMENTO ALIMENTAR EM PÓ, DE SABOR NEUTRO, ISENTOS DE SACAROSE E GLUTEN, HIPERPROTEICO EM LATA IGUAL OU SUPERIOR A 270g		100	25	R\$74,90	R\$ 7.490,00
3	FÓRMULA INFANTIL COMPLETA PARA USO ORAL OU ENTERAL EM PÓ PARA CRIANÇAS DE 1 A 10 ANOS, SEM LACTOSE E SEM GLÚTEN, COMPLETA E BALANCEADA, NORMOCALÓRICA E NORMOPROTÉICA, CONTRIBUINDO COM A RECUPERAÇÃO NUTRICIONAL DE CRIANÇAS DEBILITADAS		132	33	R\$ 36,80	R\$ 4.712,40
4	FÓRMULA INFANTIL DE PARTIDA, EM PÓ PARA LACTENTES DE 0 A 6 MESES COM PROBIÓTICOS, EM LATA DE 800G		276	69	R\$29,95	R\$ 8.266,20
5	FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO, EM PÓ PARA LACTENTES DE 6 A 12 MESES, COM PROBIÓTICOS, EM LATA DE 800G		80	20	R\$65,22	R\$ 5.217,60
6	FÓRMULA LÍQUIDA ENTERAL/ ORAL, EM EMBALAGEM DE 1000ML, SEM SACAROSE, LACTOSE E GLÚTEN, HIPERCALÓRICA COM DENSIDADE DE 1,5 CAL/ML		300	75	R\$28,56	R\$ 8.568,00
7	FÓRMULA LÍQUIDA ENTERAL/ ORAL, EM EMBALAGEM DE 1000ML, SEM SACAROSE, LACTOSE E GLÚTEN,		425	106	R\$25,00	R\$ 10.625,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

	NORMOCALÓRICA, COM DENSIDADE CALÓRICA 1,0 A 1,2CAL/ML, COM FIBRAS					
8	TERAPIA NUTRICIONAL ORAL DESENHADA ESPECIFICAMENTE PARA CICATRIZAÇÃO DE ÚLCERAS POR PRESSÃO E OUTRAS SITUAÇÕES QUE EXIJAM ESTÍMULO DA CICATRIZAÇÃO, HIPERPROTEICO, ACRESCIDO DE ARGININA E COM ALTO TEOR DE MICRONUTRIENTES RELACIONADOS A CICATRIZAÇÃO (ZINCO, SELÊNIO, VITAMINAS A, C, E) ALÉM DA PRESENÇA DO MIX EXCLUSIVO DE CAROTENÓIDES		200	50	R\$ 13,85	R\$ 2.770,00
9	FÓRMULA INFANTIL EM PÓ HIPOALERGÊNICA CONSTITUÍDA DE 100% DE AMINOÁCIDOS LIVRES, SEM LACTOSE, SEM SACAROSE, GALACTOSE, FRUTOSE E GLÚTEN, INDICADO PARA LACTENTES E CRIANÇAS DA PRIMEIRA INFÂNCIA, EM LATA DE 400 G		60	15	R\$ 95,83	R\$ 5.749,80
10	FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES E DE SEGMENTO PARA LACTENTES E CRIANÇAS DE PRIMEIRA INFÂNCIA DESTINADO A NECESSIDADES DIETOTERÁPICAS ESPECÍFICAS COM PROTEÍNA EXTENSAMENTE HIDROLISADA E COM RESTRIÇÃO DE LACTOSE, COM DHA E ARA, E NUCLEOTÍDEOS, EM LATA DE 400G		60	15	R\$ 201,00	R\$ 12.060,00
					TOTAL	R\$ 72.951,80

Justifico a proposta mais vantajosa para aquisição dos produtos, de acordo com a pesquisa de preços realizada através da Plataforma LICITACON onde consta o levantamento de preço dos itens citado na tabela a cima 4,5,6,7e . Item 2 se obteve só 1 levantamento de preço pelo licitacón foi realizado tentativa de contato direto com outras empresas sem sucesso. Já pelo BANCO DE PREÇOS foi selecionado o item ,1,3,8,9 e10. Sendo assim a proposta mais adequada para a prefeitura pois já se estima o valor a ser pago.

Os preços que fundamentam esta estimativa de valores foram por mim obtidos e rubricados, são verdadeiros e representam o melhor resultado que pude obter seguindo as orientações das normas que regem a matéria.

Vanessa Froner– Coren-538028
Enfermeira

22. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

22.1. Os recursos destinados à cobertura das despesas ora pretendidos se encontram alocados no Orçamento Geral do Município e serão custeadas com recursos financeiros provenientes do Tesouro Municipal ou Governo Federal.

22.2. Indicar a adoção orçamentária da contratação.

Órgão: 10

Unidade: 04

Função: 10

Programa: 155

Projeto/Atividade: 2231

Elemento: 339032.00.00.00

Recurso: 500

**CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES GERAIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

São Borja/RS, 14 de Janeiro de 2025.

Vanessa Froner - Enfermeira
Coordenadora e-Multi

SECRETÁRIO (A) DA PASTA
Sabrina Loureiro

() Defiro

() Indefiro

**Prefeito de São Borja/RS
José Luis Machado**